

A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER: UMA EXTRAORDINÁRIA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA E POLÍTICA

Eduardo A G Cavalcanti • Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy Professor de Ensino Superior Licenciatura em Filosofia Mestre e Doutor em Educação. E-mail:edu.canti@bol.com.br

Data de Envio: março de 2012.

Data de Aceite: abril de 2012.

Resumo: O artigo parte de um resgate histórico e político da “Campanha de pé no chão também se aprende a ler”, realizada na gestão do prefeito Djalma Maranhão (1960-1964), primeiro prefeito eleito de forma democrática na capital potiguar. Revela os esforços da campanha no sentido de aliar a educação escolar com a formação cultural e política de crianças, jovens e adultos. Destaca, inclusive, a formação de seus educadores e a orientação pedagógica estabelecida entre a secretaria municipal de educação e as escolas organizadas em bairros populares, com necessidades que ultrapassavam a própria formação escolar. Com o golpe militar de 1964, a campanha foi, violentamente, desfeita, ocorrendo perseguições, prisões, exílio e morte de vários dos seus participantes. Na segunda parte, o artigo tece referências breves a outras páginas da história educacional, com destaque ao espaço ocupado em Natal pelo Instituto de Educação Presidente Kennedy, hoje Instituto de Educação Superior – IFESP.

Palavras-chave: História da Educação. Políticas educacionais. Formação de professores.

THE CAMPAIGN KNOWN AS LEARNING WITH BOTH FEET ON THE GROUND: AN EXTRAORDINARY POLITICAL AND PEDAGOGICAL EXPERIENCE

Abstract: This article is based on a historical and political rescue of the “Campanha de pé no chão também se aprende a ler”, which happened in the administration of mayor Djalma Maranhão (1960 – 1964), first elected mayor in a democratic way inside the potiguar capital. It reveals the campaign efforts towards allying the schooling with cultural and political training for children, teenagers and adults. It features the educators’ formation and the pedagogical orientation established between the city department of education and district schools, with necessities that exceeded schooling itself. With the military coup of 1964, the campaign was violently dissolved, occurring persecution, arrests, exile and even death of many of its members. In the second part this article weaves brief references to other pages of educational history, highlighting the occupied space in Natal by the Instituto de Educação Presidente Kennedy, today known as Instituto de Educação Superior – IFESP.

Keywords: Educational History. Educational Policies. Teacher`s training.

Há cinquenta e um anos, a cidade de Natal participou de uma das mais eficientes políticas educacionais, de caráter democrático, já realizadas em território nacional, a *Campanha de pé no chão também se aprende a ler*. Voltada à educação de crianças, de jovens e de adultos de origem popular, a campanha se constituiu uma exitosa experiência de formação educacional e cultural, quando camadas populares, lideranças políticas e educadores se uniram, em consonância, pela elevação dos índices de pessoas inseridas na cultura escolar, dentro de um amplo e orgânico contexto sociocultural e político-pedagógico.

Inicialmente, situamos o espaço geográfico da cidade Natal. Em seguida, o tempo, começo da década de 1960. Permeando a ambos a história, em que cidadãos compartilhavam suas vidas na ainda bucólica capital nordestina, de muitos coqueiros e formosas praias, belamente cantada em um dos seus poemas mais célebres, *Serenata do Pescador*, popularizado na canção *Praieira*. O poema escrito por Othoniel Menezes e musicado por Eduardo Medeiros, diz na primeira estrofe:

Praieira dos meus amores
encanto do meu olhar
Quero contar-te os rigores
sofridos, a pensar
em ti, sobre o alto mar.
Ai! Não sabes que saudade
padece o nauta, ao partir
sentindo na imensidão,
o seu betel fugir, incerto do porvir (GALVÃO, 1999).

Na bela capital litorânea, a maior parcela dos cerca de 155.000 habitantes (GOÉS, 2005) pertencia às camadas populares, menos envoltas em belas poesias do que nos problemas que as acometia: pobreza, analfabetismo, exclusão social, marginalidade. Todavia, o cenário nacional era de natureza desenvolvimentista, com expansão do setor industrial e fortalecimento das camadas médias, espelhadas em um modelo de garantias sociais, de consumo de bens, de estilo de vida fortemente influenciado pela rica nação do norte, os Estados Unidos da América. O ideário de Estado de Bem-Estar Social – *Welfare State* – implicava entre outros benefícios na proposta de educação para as “classes populares”.

No Brasil, o líder político que melhor representou essa corrida pela modernização, implantada no período da Quinta República (1946-1967), foi o Presidente Juscelino Kubistchek, o qual alentara a nação com seu projeto de crescimento de cinquenta anos em cinco. Nesse contexto, o período compreendido entre 1956 e 1961, também conhecido como *os anos dourados*, foi marcado pelo governo do Presidente Kubitschek,

eleito pelo Partido Social Democrata – PSD, que teve como vice João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, apoiado por amplos partidos e setores da sociedade, inclusive pelo então clandestino Partido Comunista Brasileiro – PCB. Tal panorama gerou uma impressão de paz social, de liberdade política e de otimismo, sobretudo nas classes média e alta.

Por outro lado, naquele tempo áureo do desenvolvimento econômico brasileiro, com forte presença do capital estrangeiro, ampliava-se a concentração de renda e de lucros, com um parque industrial voltado à produção de bens considerados de luxo, como televisores e automóveis. Na medida em que ocorria uma crescente penetração do setor bancário na economia, ampliava-se o empobrecimento das camadas populares, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, ao mesmo tempo em que se elevavam os índices inflacionários, gerando insatisfação e revolta nas classes mais desfavorecidas.

Em Natal, o reflexo da desigualdade social imprimia um quadro de pobreza material e educacional a uma enorme parcela de seus habitantes. De um total aproximado de 154.276¹⁰ potiguares, 60.254 eram analfabetos e excluídos da escolarização, com mais da metade desse extrato composto por crianças e 24.444 por adultos (GOÉS, 2005). Abria-se, assim, um espaço legítimo, no qual, as bases populares pleiteavam atendimento àquela demanda, por parte dos poderes políticos, cobrança alimentada por uma crescente organização e fortalecimento das lutas populares, nos últimos anos da década de 1950, a exemplo das ligas camponesas, criadas em estados nordestinos, sobretudo Paraíba e Pernambuco.

O ano de 1960 foi, igualmente, marcado pela conquista do direito de escolha democrática para a prefeitura de Natal. Até aquele ano, o prefeito era nomeado pelo Governador do Estado, fato que se repetira em 1956, quando o Governador Dinarte Mariz, da União Democrática Nacional – UDN, nomeou, para administrar a capital do Estado, o deputado federal Djalma Maranhão, um ex-revolucionário, anteriormente filiado ao Partido Comunista. Tal nomeação, incoerente em termos ideológicos, era resultado de um pacto político estabelecido antes da eleição de 1955, haja vista que a UDN sempre fora um partido predominantemente oligárquico.

Em função da aliança Dinarte Mariz-caféismo, Djalma Maranhão foi empossado prefeito de Natal em 1956. No dia de sua posse, a primeira página do jornal do PSD foi ocupada, toda ela, por um anúncio fúnebre: encimada por uma grande cruz, em negrito, a informação do “Infausto Acontecimento”: um comunista fora nomeado para a Prefeitura de Natal! (GÓES, 1980, p 16).

O conflito ideológico se consumou três anos depois, quando, após romper com o governador, Djalma Maranhão se lançou candidato a prefeito da capital. Fazendo oposição direta às oligarquias locais, contou, em sua plataforma de campanha, basicamente, com o seu carisma e o apoio das camadas mais pobres da cidade, o que

10 Dado colhido pelo IBGE no senso demográfico de 1960, Rio Grande do Norte, citado por Germano, 1989, p 72.

não deixaria de suscitar as mais ferrenhas críticas das alas conservadoras, inclusive nos veículos de imprensa.

Acolhido, sobretudo pela população carente de seus direitos mais básicos de cidadania, Djalma Maranhão constituiu sua plataforma vitoriosa através dos comandos populares – comitês formados por lideranças sindicais e de bairros, estudantes e políticos. A partir daqueles segmentos, foram formados os comitês nacionalistas, também denominados comitês de rua, nos quais, os moradores discutiam, ativamente, os problemas das ruas e do bairro e o contexto político nacional, apontavam suas necessidades mais urgentes e, também, participavam do fortalecimento da campanha política do futuro prefeito.

Em tais comitês, foram arrecadados os recursos necessários para o êxito da eleição, realizada no dia 3 de outubro de 1960, que rendeu a Djalma 21.842 votos, contra 11.298 dados ao candidato governista, o deputado estadual Luiz de Barros (MACHADO, 1998). Iniciava-se, naquela data, não apenas a primeira gestão democraticamente eleita da Prefeitura de Natal, como, também, a que foi mais fiel ao seu eleitorado, até ser, drasticamente, sustada com o golpe deflagrado por militares em abril de 1964.

Logo após assumir seu mandato, Djalma tratou de atender aos compromissos anteriormente assumidos com as bases populares que o elegera. A primeira ação se deu na área educacional, definida, nos próprios comitês de bairro, como uma das carências maiores da população. Dada à insuficiência numérica de escolas públicas, impunha-se construir novos estabelecimentos de ensino. Todavia, diante do déficit orçamentário legado da gestão anterior, o projeto se mostrava irrealizável.

Djalma não esperou a recuperação da estabilidade financeira para honrar com os compromissos voltados à área educacional. Seu recém-empossado Secretário de Educação, Moacyr de Góes (1930-2009), em visita ao bairro das Rocas, zona leste de Natal, participou de um debate sobre a erradicação do analfabetismo naquela região, hoje ainda majoritariamente habitada por uma população de menor poder aquisitivo. Diante das alegações do secretário de que não havia verbas para a construção de escolas municipais, um dos moradores assim falou: “se não tem dinheiro para fazer uma escola de alvenaria, faça uma escola de palha, mas, faça a escola!” (GÓES, 2005, p. 9).

A proposta foi, então, levada ao prefeito, que não apenas se limitou a sancioná-la. Uma semana depois, ele voltava às Rocas para acompanhar os trabalhos dos funcionários municipais encarregados de construir os *acampamentos*. Tais operários precisaram do apoio dos pescadores do Canto do Mangue para orientá-los na cobertura de palha dos grandes galpões, onde foram instaladas as salas de aula, refeitórios e demais dependências da *Campanha de pé no chão também se aprende a ler*.



Figura 1: Acampamento no bairro das Rocas, próximo à Praia do Meio
Fonte: (GOÉS, 1980).

A partir da construção daqueles rústicos pavilhões, foi iniciada a campanha educacional que, em curto período, se expandiu para diversos bairros de Natal e, até mesmo, para cidades do interior do Estado. Técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Natal orientaram dezenas de prefeituras sobre o projeto educacional em curso, o que culminaria com a formação de uma *Frente de Educação Popular do Rio Grande do Norte*, interrompida pelo golpe de 1964.

Recordo-me que, ainda criança, ouvia falar sobre “escolas de pé no chão”. Em minha inocência, imaginava crianças pobres, que iam estudar de pés descalços, nos chamados grupos escolares, numa situação de total velamento acerca da realidade social em que viviam muitas das crianças próximas de onde morava. No casulo familiar que me abrigava, não tinha percepção daquela realidade, ao mesmo tempo tão próxima e alheia.

Já menino, ia, por vezes, caminhando até a Praia do Meio e passava por uma favela, hoje “comunidade”, chamada *Brasília Teimosa*, com muitas casas de pau-a-pique e cobertura de palha, na mesma região, onde, antes, foram edificados os galpões do *acampamento* das Rocas. Já na segunda metade dos anos de 1960, recordo meu pai em contato com missionários norte-americanos; as embalagens com alimentos para serem doados aos pobres; os produtos com termos e símbolos relacionados à *Aliança para o progresso* e a sigla USAID¹¹. Recordo-me, também, de veículos do Exército transitando pelas ruas, de fortes holofotes que clareavam os céus à noite, como que a procurar inimigos ocultos nas trevas. Desconhecia que tudo aquilo constituía reflexos de um regime militar, que impunha sua força e seu poder em todos os recantos da cidade e

11 Criada nos EUA após o fim da II Guerra, no período da Guerra Fria, a Aliança para o Progresso fez parte da política expansionista americana, que propunha o fortalecimento de países menos desenvolvidos em termos de economia e democracia. A USAID – United States Agency for International Development – funcionou como seu braço operacional, atuando com mais força após a revolução cubana de 1959, com campanhas de natureza assistencialistas. Influenciou de forma direta nas reformas educacionais ocorridas no Brasil após o golpe.

do país, inculcando uma ideologia nacionalista presente, inclusive, nos eventos cívicos e no sistema educativo, por mim vivenciado em escolas privadas.

Enquanto a escola dos anos de 1960-70 se legitimava na qualidade de aparelho ideológico de estado – AIE, a cidade de Natal perdia, definitivamente, uma das maiores experiências de governo e de educação democrática já realizadas em sua história, liderada por Djalma Maranhão e por seu Secretário Moacyr de Góes, ambos presos, torturados e exilados.

O primeiro morreria triste e saudosos em seu exílio no Uruguai, no dia 30 de julho de 1971. Moacyr de Góes, após ser submetido a meses de prisão, de enfrentar sete inquéritos policiais militares, foi exonerado da Prefeitura e do Conselho Estadual de Educação. Mudou-se, então, para o Rio de Janeiro onde foi professor no Colégio São Vicente, diretor no Senac – Serviço Nacional do Comércio, professor e sub-reitor de Extensão na UFRJ, até ser convidado pelo prefeito Saturnino Braga para assumir a Secretaria Municipal de Educação da capital fluminense. Voltaria a assumir o cargo de Secretário de Educação de Natal, no primeiro governo da prefeita Wilma de Faria (1989-1992). Após aposentar-se e publicar obras sobre suas vivências em Natal, na década de 1960, Moacyr faleceu no Rio de Janeiro, em março de 2009.

Nos anos posteriores ao golpe militar, o radicalismo por ele instaurado ocupou-se em apagar, o máximo possível, os traços da *Campanha de pé no chão*. A violência física e simbólica, desde então aplicada, resultou na destruição de prédios escolares e de materiais pedagógicos e no terror inculcado aos profissionais e alunos que nela atuaram. Diversos educadores e colaboradores foram submetidos ao terrorismo fardado, com frequentes perseguições, prisões, torturas corporais e psicológicas, de morte violenta. Como exemplos: o deputado estadual e militante comunista Luís Inácio Maranhão Filho, preso em Natal e morto em São Paulo; Luís Gonzaga dos Santos, vice-prefeito de Djalma Maranhão, morto na prisão do Recife; além de outros que morreram nas prisões ou no exílio, caso do próprio Djalma Maranhão.

Acerca de fatos como aqueles, merece ser citado o relato da professora Mailde Pinto Galvão, que trabalhou na Diretoria de Documentação e Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Saúde. Sobrevivente das atrocidades cometidas após o golpe, ela recorda em seu livro *1964. Aconteceu em abril*:

Na tarde do dia 8, encontrava-me na residência de uma irmã, nas imediações do 16º Regimento de Infantaria, quando chegou, muito assustada, a minha filha, acompanhada por militares do Exército, armados com metralhadoras para me levarem. Não deram explicações e, sem palavras, conduziram-me a um jipe e mandaram-me sentar no banco traseiro, entre dois soldados que não conseguiam acomodar bem as suas armas. [...]

As condições de defesa de um suspeito eram mínimas diante da força arbitrária dos Atos Institucionais pelos quais éramos julgados. O tenente queria descobrir onde estavam escondidos os meus documentos subversivos. (...) Insistia que eu fazia parte de uma organização terrorista que preparava uma revolução armada para implantar o comunismo no país (GALVÃO, 1994, p. 37; 39).

O resgate das memórias acerca da violência contra os que participaram da *Campanha de pé no chão* oportunizaria entendimentos parciais e centralizados, caso se limitasse aos quadros de repressão efetuados no pós-64. Dessa forma, focalizamos, neste artigo, a grandeza e a abrangência das políticas educativas e culturais, anteriormente geradas na administração do prefeito Djalma Maranhão.

Em primeiro lugar, tais políticas estabeleceram valiosas parcerias com personalidades da época, a exemplo do historiador Luís da Câmara Cascudo, do educador Paulo Freire, do Presidente João Goulart, do Cardeal Dom Eugênio Sales, de artistas, como Newton Navarro, Chico Santero e Vitalino de Caruaru, com tantos outros que, direta ou indiretamente, colaboraram com o objetivo maior daquele governo, o de oportunizar a muitos dos natalenses um modelo de educação, que não apenas os escolarizasse, como, também, os inserisse na qualidade de autores e participantes ativos em sua história política e cultural. Retomamos, assim, as memórias do início da *Campanha*, nos primórdios dos anos 60, para destacar aspectos que a fizeram atingir, em curtíssimo prazo, e com exíguos recursos financeiros, uma alta taxa na alfabetização de adultos e no atendimento a crianças em fase de escolarização¹².

Pensar que a *Campanha* surgiu de forma espontânea e voluntarista incorreria em um grave equívoco, dado que a história educacional da época fora contemplada com importantes movimentos de educação popular, em especial aqueles voltados para a alfabetização de adultos: as escolas radiofônicas, vinculadas ao Movimento de Educação de Base – MEB, coordenado pela Igreja católica; as primeiras experiências com o método Paulo Freire em Recife e, depois, na cidade de Angicos/RN; os Centros Populares de Cultura – CPC/UNE e o Movimento de Cultura Popular – MCP/Pe. Permeando todo esse contexto, uma luta que já atravessava mais de 15 anos pela aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, finalmente sancionada em 20 de dezembro de 1961, a LDB nº 4.024.

Os educadores modernos sabem não ser salutar ver o aluno apenas como um indivíduo carente de conhecimentos teóricos e científicos, sobretudo as crianças, possuidoras de um leque de necessidades mais amplas a serem atendidas. Três dessas demandas foram também pensadas e atendidas pelos organizadores da *Campanha*: o alimentar-se, o brincar e o trabalhar.

Nos acampamentos, foi garantido espaço para a alimentação, sendo, neles, oferecidas merendas, que atenuavam a subnutrição de que muitos educandos padeciam. Nessa perspectiva, foram criados aviários e hortas comunitárias onde eles próprios criavam aves, cultivavam hortas, obtendo, assim, parte da merenda consumida diariamente.

Contemplavam-se, dessa forma, propostas formativas que remontam a diversos teóricos – Jean-Jacques Rousseau, Karl Marx, e a pedagogos envolvidos na renovação educacional ocorrida nas primeiras décadas do século XX – Dewey, Kerschensteiner,

12 Segundo dados da SMECS de Natal “...enquanto em novembro de 1960 as escolinhas municipais atendiam a somente 2.974 alunos, em março de 1961 essa quantia saltou para 5.249 alunos, atingindo em outubro um total de 8.120 alunos.”(Góes, 1989, p 106).

Célestin Freinet, Anísio Teixeira, entre outros, que conceberam a criança como um ser ativo, capaz de se realizar com trabalhos criativos e úteis.

Respeitando o seu meio social e a sua liberdade, observando os seus interesses mais legítimos, a educação possibilita à criança, através do trabalho, o pleno desabrochar das suas faculdades, tanto materiais quanto espirituais (intelectivas). A correlação entre os princípios e o método é efetuada de forma natural e criativa. Tudo isto reforça a função maior da escola, que consiste em disponibilizar, em organizar os meios de trabalho, sobre os quais o processo educativo alcançará satisfatoriamente os seus fins (CAVALCANTI, 2002, p 130).



Figura 2: O trabalho de alunos de um acampamento nos aviários e hortas, onde produziam alimentos para serem consumidos na merenda escolar
Fonte: (GOÉS, 1980).



Figura 3: Crianças de um acampamento na hora da merenda escolar, muitas vezes, sua principal refeição no dia. Observe-se a utilização de latas para suprir eventual ausência de copos
Fonte: (GOÉS, 1980).

Na perspectiva adotada sobre o ser da criança, foi, também, papel daquela *Campanha* escolar capacitar essa criança para modalidades de trabalho compatíveis com seu estágio de desenvolvimento, aspecto esse reforçado junto aos adultos que, também, partilhavam aquelas atividades. Somava-se a esses aspectos a valorização da cultura popular, com habituais realizações de danças, de folguedos, de costumes típicos da tradição potiguar e nordestina: Babelô, Congos, Boi Calemba, Lapinha, Pastoril, Araruna, entre outras manifestações. Observamos, assim, como a administração municipal desenvolveu um projeto social que contemplou os mais diversos âmbitos constitutivos do homem, dentro de um modelo organicamente unido e intencionalmente coerente. Educação, cultura, trabalho e lazer foram integrados em um projeto que partia do próprio ser social do homem, no intuito de realizá-lo de forma a mais concreta, significativa e gratificante.

No propósito de ampliação da cultura letrada, a prefeitura organizou, nos próprios acampamentos, bibliotecas rotativas – caixas com, aproximadamente, cem livros – que, a cada mês, eram transferidas em sistema de rodízio para outro acampamento, totalizando, assim, um acervo de novecentos títulos. Dada à importância social da leitura assumida naquele contexto, em cada biblioteca rotativa foram organizados dois círculos de leitura, em que os professores discutiam, entre si, questões específicas da área educacional, e, nos quais, era fomentada a leitura comum, especialmente junto às crianças e a seus familiares.

Numa segunda frente de ações voltadas ao incentivo da leitura junto à população, foram, também, criadas bibliotecas populares, constituídas por barracos de madeira, as quais contavam com um acervo bibliográfico superior aos existentes nas bibliotecas rotativas e eram abertos nos turnos vespertino e noturno.

A primeira dessas bibliotecas foi aberta nas Rocas, a segunda no bairro das Quintas. O sucesso alcançado pelas bibliotecas populares pode ser constatado pelo volume registrado de empréstimos na época: segundo o Departamento de Documentação e Cultura da Secretária de Educação, Cultura e Saúde de Natal, no período entre maio de 1962 e setembro de 1963 a biblioteca das Rocas fez empréstimos de aproximadamente 50.450 volumes (GERMANO, 1989).

Quanto à aquisição de volumes para a constituição dos acervos bibliográficos, a prefeitura foi hábil em promover campanha de doação de livros pela população, intitulada *o livro que está sobrando em sua estante é o que está faltando nas mãos do povo*, que arrecadou mais de 20.000 títulos. Na foto seguinte, vê-se, em funcionamento, a biblioteca popular Monteiro Lobato, no bairro das Rocas.



Figura 4: Biblioteca popular das Rocas
Fonte: (GOÉS, 1980).

Educação escolar de crianças e de alfabetização de adultos, campanhas de fomento aos esportes, à cultura popular e à cultura literária, preparo para atividades profissionais, associados a um projeto político de compromisso e de respeito aos direitos dos cidadãos de Natal constituíram aspectos importantes da administração do Prefeito Djalma Maranhão.

Dentre os variados enfoques referentes à *Campanha*, destacamos a formação dos profissionais da educação, importantes atores presentes na mesma. Destacamos, também, o seu caráter social, político e pedagógico. Esses fatores, entre outros, tornaram essa *Campanha* uma experiência singular.

Em consonância com o caráter inédito e inovador presente na *Campanha*, particularmente em resposta a uma forte demanda por mais escola, conseqüentemente por mais educadores, foi efetuada uma verdadeira ruptura com o percurso anteriormente estabelecido nos cursos tradicionais de formação docente em Natal. Diante da urgência em organizar novas turmas de alunos, a Secretaria Municipal de Educação criou o Centro de Formação de Professores que, já no início de 1961, oferecia aos candidatos da capital e do interior do Estado cursos em três diferentes níveis:

- a) *Emergência*, ou preparação a curto prazo, com duração de três a quatro meses;
- b) *Ginásio Normal*, com duração de quatro anos;
- c) *Colégio Normal*, com duração de três anos.

Dado seu compromisso político-emancipatório com as classes populares, às quais a *Campanha* estava, prioritariamente, voltada, além da capacitação técnica e pedagógica, foram incluídos, nos cursos de preparação dos profissionais de ensino, temas como estudos dos problemas da realidade brasileira, cultura brasileira e alienação; aspectos da economia brasileira; cultura popular; processo espoliativo do imperialismo; refor-

mas de base; o professor primário em face da realidade brasileira, entre outros temas que assinalavam a importância atribuída à formação reflexiva do educador no contexto social da época (GERMANO, 1989).

Com relação aos conteúdos escolares tradicionalmente transmitidos na escola, o referido curso fornecia estudos voltados às diversas áreas do conhecimento científico, como podemos constatar na seguinte citação feita pelo secretário Moacyr de Góes sobre a organização dos dois cursos emergenciais destinados para a *Campanha*:

O currículo dos dois cursos era integrado das seguintes disciplinas: Linguagem na escola Primária; Matemática na Escola Primária; Ciências Naturais na Escola Primária; Estudos Sociais na Escola Primária (Geografia, História, Política, Relações Humanas, Educação Sanitária – Alimentação, Higiene e Saúde); Recreação na Escola Primária; Fundamentos da Educação; e Planejamento do Ensino Primário (GÓES, 1980, p. 106).

Observamos, na presença desses dois campos formativos dos professores da *Campanha* – pedagógico e político, a percepção que tiveram seus diversos atores acerca da fundamental necessidade de que os saberes escolares estejam, permanentemente, apoiados no contexto vivencial em que estão inseridos os educandos. Nesse aspecto, seus organizadores e educadores partiam das próprias comunidades em que exerciam seu trabalho, nelas, identificando seus temas geradores, definindo, a partir destes, os conteúdos trabalhados e sempre verificando os resultados dessa orientação pedagógica, seja na aprendizagem dos alunos, seja na percepção dos mesmos acerca da relação entre os saberes aprendidos e sua realidade social.

Duas outras importantes instâncias influentes na atuação dos educadores da *Campanha* foram as discussões nos círculos de pais e professores e as orientações dos coordenadores da secretaria, organizadas no Centro de Formação de Professores, orientações estas elaboradas de forma horizontal e dialógica, com relação aos procedimentos pedagógicos realizados em cada espaço educacional.

Os círculos de pais e professores tinham por objetivo primeiro aproximar os pais dos alunos dos objetivos mais amplos da *Campanha*, que, além de identificar elementos da realidade social e linguística da comunidade, atuavam na função de instância politizadora, na medida em que não apenas se desvelava os problemas mais imediatos enfrentados por aqueles sujeitos, mas, também, construía caminhos para solucioná-los, o que somente se dava de forma político-organizativa.

Um dos exemplos mais emblemáticos, citado por Germano (1989), ocorreu no Bairro Nordeste, quando em uma daquelas reuniões, em que estava presente o prefeito Djalma, os pedagogos levaram diversas propostas teóricas sobre a aprendizagem das crianças. De imediato, a comunidade recusou as propostas apresentadas, exigindo a colocação de um poço de água, uma demanda muito mais urgente. Formaram, então, uma comissão, que foi ao responsável pela companhia de saneamento, como era chamada na época, e, por fim, chegou ao governador Aluízio Alves, resultando na colocação de um chafariz. Resolvido o problema os moradores pleitearam algo que ainda lhes faltava, a chegada da luz elétrica, demanda essa recusada pelo truste *Bond and Share*,

responsável pela Companhia Força e Luz, que alegava prejuízos financeiros no fornecimento de energia àquela comunidade. A luta dos moradores só foi solucionada através da parceria entre a prefeitura, que forneceu os fios, e a comunidade, que colocou postes rústicos de madeira. Finalmente, ela se mostrou receptiva ao projeto educacional, no qual, o saber e o aprender a viver dignamente caminhavam lado a lado.

Percebemos, através de relatos dessa ordem, a indissocialidade entre a educação formal, ou escolar, e as condições de existência vivenciadas no cotidiano dos educandos e de seus familiares, conforme proposta assumida pela *Campanha*. Corroborando tal proposta, os educadores, técnicos da educação e lideranças políticas, a exemplo do próprio prefeito da capital, uniam suas forças no sentido de tornar exitoso o projeto político-pedagógico, numa forma até então inédita na história.

Com relação ao acompanhamento técnico conduzido pelo Centro de Formação de Professores, que contava com 32 orientadores educacionais, era ele conduzido de forma integrada com os diretores dos acampamentos e os professores. Após serem ouvidas sugestões, nas reuniões semanais que realizava, era organizada uma reunião pedagógica mais ampla para definir as atividades a serem desenvolvidas nas turmas, buscando adequá-las às características de cada uma dessas turmas. Evitando se distanciar da prática educativa, tais orientadores faziam visitas constantes aos acampamentos, chegando a ficar durante todo o dia. Devido a cada acampamento possuir sua biblioteca, os orientadores teciam sugestões para o *círculo de leitura* nele operante, incentivando, assim, os debates suscitados pelas leituras.

Após o golpe de 1964, um importante acontecimento ocorreu, na capital potiguar, no campo da formação de professores, foi a inauguração do Instituto de Educação Presidente Kennedy, em 22 de novembro de 1965, ocasião em que se fez presente o Senador Robert Kennedy, irmão do falecido Presidente dos Estados Unidos da América, John Kennedy.

O referido Instituto era a continuidade histórica da Escola Normal de Natal, que teve início no ano de 1874, sendo implantada, em caráter definitivo, no ano de 1908. Na década de 1950, a Escola passou a ocupar parte do prédio recém-inaugurado em forma de X, que, por vez, abrigava, de forma definitiva, o consagrado Colégio Atheneu Norteriograndense, um dos grandes ícones da história educacional do Rio Grande do Norte, criado em 3 de fevereiro de 1834.¹³

Após sua transferência para o prédio do Atheneu, no ano de 1956, a Escola Normal de Natal, dessa vez com o nome de Escola de Aplicação, mudou para outro endereço, frente à Praça Pedro Velho, no bairro de Petrópolis.¹⁴ Através da Lei 2.171, de 6 de dezembro de 1957, foi, também, criado o Centro de Pesquisa Educacional – CEPE, com o objetivo de acompanhar as reformas educacionais desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, que, desde 1952, tinha, entre seus líderes, o educador Anísio Teixeira.

13 FRANCERLE, Francisco. Atheneu, o ícone da educação potiguar. Natal, RN: Jornal Diário de Natal, 3 de setembro de 2006.

14 AQUINO e DANTAS, Da Escola Normal de Natal ao Instituto de Educação. mimeo.

A partir de 1965, o recém-inaugurado Instituto Kennedy ocupou a função de principal instituição de formação de professores para o ensino primário e ginásial, formando sucessivas turmas do Curso Normal. Suas alunas, com as saias plissadas e gravatinha borboleta, ocuparam lugar no imaginário formativo das moças potiguares. Seis anos depois, com a Lei de Ensino 5.692, de 11 de agosto de 1971, foi feita junção do primário e ginásio no então denominado I Grau, enquanto os cursos posteriores passaram a constituir o II Grau, perdendo sua anterior função propedêutica, de preparação para a Universidade.

Seguindo as diretrizes educacionais fortemente assessoradas por técnicos dos acordos MEC/USAID, o nível de ensino médio tornou-se prioritariamente técnico-profissionalizante, sendo, desde então, nele incluído o curso de Magistério. Nesse bojo de mudanças, o Instituto de Educação Presidente Kennedy tornou-se Escola Estadual Presidente Kennedy. Seu tradicional Curso Normal foi substituído pelo curso técnico de Magistério, medida essa que acarretou perdas na qualidade da formação docente e ocasionou reflexos negativos sobre as taxas de aprendizagem escolar nas décadas seguintes.

As políticas e demandas educacionais vivenciadas nas últimas cinco décadas mostraram-se visivelmente distintas da época da *Campanha*, com incontestável crescimento na oferta de vagas educacionais, desde a pré-escola até o ensino superior, decorrente das políticas públicas na área da educação, realizadas a partir dos governos Fernando Henrique e Luís Inácio da Silva. Não obstante, permeia, no campo educativo, um quadro de sérias dificuldades a serem superadas, atestado, particularmente, pelos fracos resultados obtidos em exames, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.¹⁵

Em meio às mudanças operadas para possibilitar avanços educacionais, um acontecimento marcante, no campo da formação docente em Natal/RN, foi a criação do Instituto de Formação de Professores Presidente Kennedy – IFP, através da Lei 6.575, de 03 de fevereiro de 1994. Em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, a instituição ofereceu, desde então, o *Curso de Formação de Professores para as primeiras séries do Ensino Fundamental – Licenciatura Plena*. Matriculando, também, educadores de Educação Infantil da rede pública de ensino, ela atendia às metas do plano decenal 1993-2003. Em 30 de dezembro de 1994, o curso foi autorizado pelo MEC, vis-à-vis antecipando a nova LDB nº 9.394/96, Artigo 62¹⁶, que autorizava a formação docente através dos institutos superiores de educação.

No ano de 2001, através da Lei nº 7.909, de 04 de janeiro, o Instituto foi transformado em autarquia, quando passou a ser denominado Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – Centro de Formação de Profissionais da Educação, com a sigla IFESP. A partir de então, a instituição tornou-se independente da UERN.

15 Dados fornecidos pelo portal IDEB – <http://ideb.meritt.com.br> – revelam que o município de Natal obteve em 2009 a média de 3,7, o que revela a distância da meta projetada de 5,6 para o ano de 2021.

16 Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

O resgate dos cinquenta anos da *Campanha de pé no chão também se aprende a ler* nos permite elaborar um tecido composto por fios diversos que se cruzam em um permanente trabalho de tessitura – histórico, pedagógico, político, autobiográfico, entre outros elementos passíveis de serem desvelados. Com base na constatação da complexidade envolta no campo educacional, o qual demanda análises que extrapolam o discurso didático-pedagógico, propomos ampliar esse resgate da *Campanha educacional de pé no chão também se aprende a ler* para, a partir deste, desenvolvermos uma análise plural do nosso contexto educativo, análise esta a ser desenvolvida por múltiplos sujeitos e enfoques, tendo por principais atores os profissionais – docentes e discentes – que hoje integram o Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy – IFESP.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Luciene Chaves de; DANTAS, Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto. **Da Escola Normal de Natal ao Instituto de Educação**. Natal, RN: SEEC, IFESP. Mimeo. sr.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1988.

CAVALCANTI, Eduardo Antonio Gurgel. **Pedagogia Freinet: evoluções e revoluções na educação do trabalho**. 2002. 257f. Dissertação (Mestrado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2002..

CAVALCANTI, Eduardo Antônio Gurgel. **Pedagogia Freinet: mediação para o social, o político e a formação de professores**. Tese (Doutorado em Educação). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2005. 277p.

CUNHA, Luis Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zarázar Editor, 1989.

DIÁRIO DE NATAL. **Morre o educador Moacyr de Góes**. Natal, 28 mar. 2009.

FRANCERLE, Francisco. Atheneu, o ícone da educação potiguar. **Diário de Natal**, Natal 30 set. 1996.

_____. Uma longa trajetória na formação de professores. **Diário de Natal**, Natal, 22 out. 2006.

GALVÃO, Dácio (Produtor). **Nação Potiguar**. Natal: Fundação Hélio Galvão, 1999. CD. Coletânea com vários artistas.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964: Aconteceu em abril**. Natal: Editora Clima, 1994.

GERMANO, Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil: 1964-1985**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GERMANO, Willington. **Lendo e aprendendo**: A Campanha de pé no chão. 2 ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

GÓES, Moacyr de. **Da fidelidade e do risco**. Um estudo de caso: Djalma Maranhão. Natal: Sebo Vermelho, 2000.

_____. De pé no chão também se aprende a Ler (1961-1964): uma escola democrática. **Dhner**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/livro_moacyr_de_pe_no_chao_1980.pdf> Acesso em: 09 ago.2011

_____. Do pensamento de Anísio Teixeira à prática de De Pé no Chão também se Aprende a Ler. In: Seminário “Um olhar sobre Anísio”. Mesa Redonda “Gestão da Educação”, Rio de Janeiro, 3 set. 1999. Rio de Janeiro, UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira, 1999. **Biblioteca Virtual Anísio Teixeira**. Disponível em: <<http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/MoacyrdeGoes.html>> Acesso em: 23 set.2011.

_____. Natal, anos 60: de pé no chão também se aprende a ler & círculos de cultura. Natal: **Diário de Natal**; SEECD-RN, 2005. (Projeto Ler, fascículo 1).

LIMA, Moisés de. Memórias do exílio: **Diário de Natal**, Caderno Muito, Natal, 22 ago.1999.

MACHADO, João Batista. **1960**: explosão de paixão e ódio. Natal, RN: Departamento Estadual de Imprensa, 1998.

PAIVA, Vanilda. **Educação popular e educação de adultos**: Contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973.

VILAR, Sérgio. Há 35 anos morria Djalma Maranhão. **O Poti**, Natal, 30 jul. 2006.